### CÂMARA DOS DEPUTADOS



# REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2024

Solicita ao Ministério da Educação esclarecimentos sobre a situação das 3.783 obras paralisadas na educação básica em todo o país.

## Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro da Educação, Camilo Santana, requerimento de informações acerca da situação das 3.783 obras paradas no âmbito da educação básica em todo o território nacional.

De acordo com informações veiculadas pelo Portal Folha<sup>1</sup>, constata-se que o Ministério da Educação não iniciou nenhuma obra com recursos federais desde o início do governo. Apenas as construções em andamento foram concluídas. Cabe ressaltar que essas quase 4.000 obras paralisadas, ainda abandonadas durante o governo Lula, estão distribuídas em 1.664 municípios, sendo que 80% delas estão localizadas nas regiões norte e nordeste.

Em relação à natureza das obras paralisadas, observa-se que seis em cada dez se referem à construção de escolas. No entanto, também estão incluídas quadras, coberturas, reformas e ampliações de salas de aula. Conforme dados oficiais obtidos pelo Portal Folha, tais intervenções beneficiariam um total de 741 mil alunos.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito que sejam respondidas as perguntas que se seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério ou entidades vinculadas reconheçam como relevantes para a compreensão dos fatos:

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/04/governo-lula-nao-retomou-nenhuma-das-3700-obras-de-educacao-paradas.shtml



\*Englishment of the state of th





- Solicito que sejam fornecidas informações detalhadas sobre as obras paradas, incluindo sua localização geográfica, o tipo de construção (escolas, creches, quadras, coberturas, reformas, ampliações, etc.) e o número estimado de alunos que seriam beneficiados por cada uma delas.
- 2. Qual é o motivo da não conclusão dos termos de compromisso com as prefeituras para permitir a retomada das obras?
- 3. Diante do alarmante cenário em que apenas 1% dos projetos estão prontos para assinatura do novo termo com o governo federal, conforme indicado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), quais são as medidas concretas que o Ministério da Educação pretende adotar para acelerar o processo de assinatura desses termos e, consequentemente, viabilizar a retomada das obras?
- 4. Qual é o cronograma previsto para o reinício das obras paradas, especialmente as relacionadas à construção de creches?
- 5. Como o Ministério da Educação pretende superar as falhas de gestão e a falta de equipes no FNDE para agilizar as diligências técnicas necessárias à retomada das obras?
- 6. Considerando que apenas uma parte das obras paralisadas foi incluída no âmbito do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), quais são os critérios adotados pelo Ministério da Educação para determinar quais obras serão contempladas por esse programa e como será assegurada a conclusão das demais obras paradas?

# **JUSTIFICAÇÃO**

É inegável a importância da construção e manutenção de infraestruturas adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades escolares e para o acesso à educação básica de qualidade. Entretanto, conforme dados alarmantes divulgados pela imprensa e informações oficiais disponíveis, o cenário das obras paradas na área da educação básica apresenta-se como um desafio de proporções significativas.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os dados alarmantes divulgados indicam que, embora tenha sido anunciado um plano para destravar as construções, nenhuma das 3.783 obras foi reiniciada, evidenciando uma lacuna preocupante na execução de novas infraestruturas educacionais.

Destaca-se que, conforme informações disponíveis, o Ministério da Educação não deu início a nenhuma obra com recursos federais desde o início do governo, limitando-se a finalizar apenas as construções em andamento.

A situação é ainda mais alarmante ao considerarmos que seis em cada dez obras paralisadas são destinadas à construção de escolas, além de outras intervenções importantes como quadras, coberturas, reformas e ampliações de salas de aula. Tais empreendimentos beneficiariam diretamente 741 mil alunos em todo o país, cujo acesso à educação básica encontra-se comprometido devido à paralisação dessas obras.

Considerando o dever do Parlamento de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e garantir que as políticas governamentais estejam alinhadas com o interesse público, torna-se indispensável que o Ministério da Educação forneça respostas claras e detalhadas às perguntas apresentadas neste requerimento de informações.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2024.

Deputado NIKOLAS FERREIRA

PL/MG



